

ATA NÚMERO 101/XIII/2.^a SL

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de 2017, pelas 10.30h, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na Sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

10.30h

1. **Apreciação e votação da ata n.º 98.**
2. **Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 391/XIII/2.^a (CDS-PP) - Altera a Tabela Geral do Imposto do Selo no sentido de eliminar a tributação das operações de pagamento baseadas em cartões.**
Autora: Mariana Mortágua (BE).
3. **Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 396/XIII/2.^a (PS) - Clarifica o titular do interesse económico nas taxas relativas a operações de pagamento baseadas em cartões (alteração ao Código do Imposto do Selo, aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 de setembro).**
Autor: Carlos Silva (PSD).
4. **Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 404/XIII/2.^a (PCP) - Clarifica que o encargo do imposto de selo sobre as comissões cobradas aos comerciantes recai sobre o sistema financeiro.**
Autor: Ricardo Leão (PS).
5. **Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 53/XIII/2.^a (GOV) - Revê o regime sancionatório do direito dos valores mobiliários, transpõe a Diretiva n.º 2014/57/UE e a Diretiva de Execução (UE) n.º 2015/2392, e adapta o direito português ao Regulamento (UE) n.º 596/2014.**
6. **Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 56/XIII/2.^a (GOV) - Adota uma medida transitória de redução do pagamento especial por conta previsto no artigo 106.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.**

7. **Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 402/XIII/2.^a (PCP) - Cria as condições para a substituição do Pagamento Especial por Conta por um regime simplificado baseado em coeficientes técnico-económicos por sector de atividade.**
8. **Deliberação sobre uma visita de delegação da Assembleia da República de Moçambique – reunião com as 1.^a, 5.^a, 10.^a e 11.^a Comissões.**
9. **Outros assuntos.**

10.30H

Ainda antes da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS), no âmbito das iniciativas europeias sobre recapitalização de bancos, notou que o Parlamento sueco estava a ponderar efetuar parecer fundamentado sobre esta matéria e que a COFMA deveria tomar uma posição. Cabendo ao GP PCP, pela aplicação do método de Hondt, o relatório de escrutínio sobre estas iniciativas, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) referiu que informaria a Comissão da decisão do seu GP, solicitando ainda que lhe fossem remetidas as iniciativas.

1. Apreciação e votação da ata n.º 98.

A ata n.º 98 foi aprovada por unanimidade.

2. **Discussão e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 391/XIII/2.^a \(CDS-PP\)](#) - Altera a Tabela Geral do Imposto do Selo no sentido de eliminar a tributação das operações de pagamento baseadas em cartões.**

Autora: Mariana Mortágua (BE).

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) apresentou o parecer por si elaborado, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

3. **Discussão e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 396/XIII/2.^a \(PS\)](#) - Clarifica o titular do interesse económico nas taxas relativas a operações de pagamento baseadas em cartões (alteração ao Código do Imposto do Selo, aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 de setembro).**

Autor: Carlos Silva (PSD).

O Senhor Deputado Calos Silva (PSD) apresentou o parecer. O Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) interveio para saudar o autor do parecer, notando que o PS votará o parecer e não a opinião expressa pelo autor do mesmo, no que foi secundado pelo Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que recordou que a discussão da iniciativa legislativa terá lugar na 6.ª feira, declarando o voto a favor do PCP ao parecer, independentemente da opinião do autor do parecer (que não é votada). A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) saudou o autor do parecer, sublinhando também que a discussão da iniciativa terá lugar na próxima 6.ª feira. O parecer foi aprovado por unanimidade, com a ausência do BE.

4. Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 404/XIII/2.ª (PCP) - Clarifica que o encargo do imposto de selo sobre as comissões cobradas aos comerciantes recai sobre o sistema financeiro.

Autor: Ricardo Leão (PS).

O Senhor Deputado Ricardo Leão (PS) apresentou o parecer, sendo saudado pelo Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que chamou a atenção para uma gralha, imediatamente corrigida pelo autor do parecer. O Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) saudou igualmente o autor do parecer, que foi aprovado por unanimidade.

5. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 53/XIII/2.ª \(GOV\)](#) - Revê o regime sancionatório do direito dos valores mobiliários, transpõe a Diretiva n.º 2014/57/UE e a Diretiva de Execução (UE) n.º 2015/2392, e adapta o direito português ao Regulamento (UE) n.º 596/2014.

O Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) propôs a data de 27 de fevereiro para a apresentação de propostas de alteração, com votação na especialidade no dia 1 de março.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) referiu que, não querendo perturbar o calendário do Governo, deveriam ser ouvidas a Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado (AEM) e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), podendo ser agendadas para a próxima 4.ª feira, com prazo de entrega de propostas de alteração até à 6.ª feira seguinte.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) notou que não tinha nada a opor mas questionou, tendo em conta o detalhado parecer da CMVM, se seria mesmo necessário ouvir esta entidade.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) realçou que a AEM apresentou críticas à proposta de lei, podendo assim concretizá-las numa audição, ouvindo-se de seguida a CMVM para ser confrontada com essas críticas. Lembrou que não é a primeira vez que uma entidade se pronuncia por escrito e comparece mais tarde para uma audição, não sendo usual abdicar da audição.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) sublinhou que não pretendia alterar a prática estabelecida e que a sua posição se alicerçava, somente, no caráter pormenorizado do parecer da CMVM. Perante a explicação do PSD, votará favoravelmente.

A Senhora Presidente propôs que as audições se realizem em 1 de março, com propostas de alteração até 3 de março e votação na especialidade em 8 de março.

O Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) declarou nada ter a opor, mas recordou que o grau de liberdade para apreciação desta iniciativa é limitado, dado tratar-se de um Regulamento de adoção plena.

Ficando assente a metodologia acima descrita (com ausência do BE), o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) sugeriu que as audições funcionassem em duas rondas, de cinco e de três minutos, sendo a primeira de pergunta e resposta consecutiva. O Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) não se opôs, e o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) questionou a necessidade desta grelha, sugerindo rondas da mesma duração mas com as regras normais de resposta individual na primeira e conjunta na segunda.

A Senhora Presidente notou que os GP têm liberdade para entenderem qual a fórmula é mais eficiente, argumentando que as grelhas previstas em anexo ao Regulamento da COFMA parecem demasiado rígidas.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) referiu que, tendencialmente, é favorável a uma maior flexibilidade e que se se consensualizar que esta se cinja a uma maior tecnicidade da matéria, dá o seu acordo. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) declarou não ter objeções de fundo, e que se os restantes GP concordam não será o PCP a obstaculizar.

6. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 56/XIII/2.ª (GOV) - Adota uma medida transitória de redução do pagamento especial por conta previsto no artigo 106.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

7. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 402/XIII/2.ª (PCP) - Cria as condições para a substituição do Pagamento Especial por Conta por um regime simplificado baseado em coeficientes técnico-económicos por sector de atividade.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) começou por referir que faz sentido fundir as iniciativas, sendo um caso simples porque não há colisão entre as normas em questão.

O Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) manifestou urgência em ter este processo concluído, tendo a Senhora Presidente fixado o prazo de dia 24 de fevereiro para a apresentação das propostas de alteração e o dia 1 de março para votação na especialidade.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) referiu que é normal adotar-se um texto comum para servir de base à discussão. A Senhora Presidente notou que ou se adota um texto comum ou o PCP apresenta propostas de alteração à proposta de lei para que o texto fique consolidado.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) sustentou, novamente, que a solução ideal é fundir os textos e criar um base para a apresentação das propostas de alteração, tendo o Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) defendido, ao invés, que apesar de os textos serem complementares, a fusão deveria ocorrer em razão das propostas de alteração.

8. Deliberação sobre uma visita de delegação da Assembleia da República de Moçambique – reunião com as 1.^a, 5.^a, 10.^a e 11.^a Comissões.

A Senhora Presidente deu conta do pedido de audiência em causa, notando que a data sugerida (14 de março, às 12 horas) não é a mais favorável. Em complemento, referiu que esta tarde elaborará um calendário para as audições e audiências pendentes.

9. Outros assuntos.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) recordou a necessidade de agendamento das audições relativas ao Projeto de Lei n.º 362/XIII/2.^a (PSD).

Relativamente aos requerimentos para ouvir o ex e o atual Secretários de Estado dos Assuntos Fiscais, no âmbito das transferências para off-shores, apesar de não estarem na Ordem do Dia, o Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) referiu que, dada a urgência da matéria, poderiam já ser aprovados e tentar proceder às audições já esta semana.

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) corroborou este entendimento, manifestando-se disponível para discutir os requerimentos nesta reunião. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) manifestou-se também nesse sentido, deixando de parte os requerimentos sobre a política de combustíveis, sendo secundado pelo Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS).

Os requerimentos foram apresentados pelos Senhores Deputados Paulo Sá (PCP), Mariana Mortágua (BE), Eurico Brilhante Dias (PS) e António Leitão Amaro (PSD), intervindo de seguida o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP). Todos concordaram com a necessidade de esclarecimentos e de apuramento de responsabilidades nesta matéria, bem como com a urgência de agendar as audições.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) sublinhou que os requerimentos podem ser aprovados em conjunto mas que, tendo sido o PCP o primeiro a apresentar o requerimento, deverá, também, ser o GP a iniciar estas audições. O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) referiu que é essa a metodologia, mas que a ordem de intervenções volta ao estabelecido regularmente após a intervenção do PCP, sendo esse entendimento corroborado pelo Senhor Deputado Paulo Sá (PCP).

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) sugeriu então que estas audições se realizassem já na aproxima 6.^a feira (dia 24), tendo o Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) sugerido que o Coordenador do GPPS na COFMA seja contactado nesse sentido.



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente encerrou a reunião, às 12:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de fevereiro de 2017

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Reunião de 22 de fevereiro de 2017

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro
António Ventura
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eurico Brilhante Dias
Fernando Anastácio
Hortense Martins
Jamila Madeira
João Pinho de Almeida
Mariana Mortágua
Paulo Sá
Ricardo Leão
Rubina Berardo
Teresa Leal Coelho
Jorge Paulo Oliveira
Júlia Rodrigues
Santinho Pacheco

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Paulo Correia
Margarida Balseiro Lopes
Paulo Trigo Pereira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Inês Domingos
João Galamba
Paulino Ascensão